

ser as mínimas possíveis, o que submeteu a Administração Pública a uma limitação que não lhe permite ir além do necessário.

Assim, inabilitar a Recorrente por a mesma ter se utilizado de nomenclaturas diferentes do Edital, mas com mesma significação e com poder de avaliação e conversão dos critérios, é medida que fere tanto as regras da Lei Federal de Licitações e Contratos, como fere a regra máxima de nosso ordenamento jurídico, a Constituição Federal.

Pior ainda, é quando a Licitante atende às disposições contidas no Edital a tempo e modo e é deflagrada como inabilitada, sendo este o caso da Recorrente.

Assim, aclamando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como o fato de ter apresentado a tempo e modo certidões contendo os itens exigidos no Edital, com utilização de quantitativos totalmente possíveis de se verificar a conferência de acordo com os critérios apontados na licitação, a Recorrente demonstra que seu inconformismo é arraçoado não podendo prosperar a decisão emanada da CEL, na qual acabou por julgá-la como inabilitada.

Todas as condições de participação do licitante, definidas no Edital da Concorrência nº 016/2013 e na Lei 8.666/93, na fase de habilitação, foram atendidas plenamente pela Recorrente.

Finalmente, é certo que o julgamento deve se processar sempre com observação dos princípios insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/93, salvaguardando a competição e o interesse da Administração Pública buscado no certame, mas dando oportunidade iguais e todos os participantes.

ISTO POSTO, requer a Recorrente, seja recebido o presente apelo administrativo, em ambos os efeitos, e julgado procedente para reformar a decisão, julgando, a empresa CONSTRUTORA CIVIL FN LOURO LTDA., HABILITADA ao certame, na fase de abertura dos envelopes da documentação para participação e concorrência na abertura dos envelopes de proposta.

Requer, ainda, no caso da não reconsideração da decisão pela comissão de licitação, seja o presente apelo encaminhado à consideração da instância superior na forma da lei.

Visando ilustrar as argumentações ora explicitadas, seguem fotografias de obras realizadas pela Recorrente nos exatos termos exigidos no Edital da Concorrência 016/2013.

Termos em que,

Pede deferimento e juntada.

Capelinha, 18 de outubro de 2013.


JACQUESON TEIXEIRA LOURO
SÓCIO GERENTE

Rua Tamboril, 240 - Centro - CEP: 39.680-000 - Capelinha-MG - Fone: (33) 3516-2511 - Cel.: (33) 9104-3414
E-mail: construtoraprojetar@yahoo.com.br
CNPJ: 07.198.669/0001-89